

Espiões e bárbaros entre camaradas: o amor que não ousava dizer o nome na União Soviética*

Diego Santos Vieira de Jesus**

Resumo:

O objetivo é propor o reexame das explicações sobre a suposta benevolência do governo soviético com relação à homossexualidade masculina de 1917 a 1934. A descriminalização da sodomia nos primeiros anos da Revolução não significava que a homossexualidade masculina não era vulnerável à perseguição. O mito de "inocência russa" ajudava a construir a imagem da heterossexualidade como um padrão natural no tecido social.

Palavras-chave: Rússia. União Soviética. Homossexualidade. Estado.

A descriminalização da homossexualidade masculina nos primeiros anos da Revolução Russa sinalizava, na visão de diversos especialistas (Lauritsen & Thorstad, 1976; Adam, 1987; Norton, 1997), mudanças substanciais nos direitos criminal, de família e de propriedade. Tal política "esclarecida" parecia minar a regulação religiosa da sexualidade pelo regime czarista. A recriminalização posterior da sodomia durante a virada reacionária do governo de Josef Stalin representaria, assim, uma degeneração do socialismo desenvolvido por Vladimir Lênin e Leon Trotsky. Porém, os dados disponíveis hoje já tornaram possível uma revisão de algumas das principais análises produzidas acerca da posição do governo soviético quanto à homossexualidade masculina e dos elementos que definiram essa posição.

O objetivo é propor o reexame das explicações tradicionais sobre a suposta benevolência do governo soviético com relação à homossexualidade masculina

* Uma versão mais ampla das reflexões apresentadas neste trabalho será publicada no artigo "O camarada de um amor sem nome: medo e desejo na União Soviética (1917-1934)", na *Revista de História Comparada*, em julho de 2010.

** Doutor em Relações Internacionais e professor da Graduação e da Pós-Graduação *lato sensu* em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio. End. eletrônico: dsvj@puc-rio.br

de 1917 a 1934. A descriminalização da sodomia nos primeiros anos da Revolução não significava que a homossexualidade masculina não era vulnerável à perseguição. A sua crescente condenação funcionava como um meio de conter a oposição interna ao poder estabelecido e de eliminar a influência externa destabilizadora do Estado. A idéia de que a Rússia era uma nação “inocente” acerca da homossexualidade masculina ajudava a construir a imagem da heterossexualidade universal e pura como um padrão natural no tecido social, de forma que a homossexualidade masculina era paulatinamente relegada à Europa Ocidental e ao Oriente. A criminalização da homossexualidade masculina a partir do governo de Stalin atuou constituindo a identidade da União Soviética como um Estado repressor. No próximo item, discutirei as condições de possibilidade das posições soviéticas quanto à homossexualidade masculina na Rússia Imperial. Na seção seguinte, examinarei a posição do governo soviético de 1917 ao início da era stalinista com relação à homossexualidade masculina e, antes de tecer as considerações finais, investigarei as principais transformações – e os traços de continuidade – na visão do governo de Stalin quanto ao tema.

A “liberdade relativa” pré-Revolução

A Rússia Medieval era aparentemente tolerante à homossexualidade masculina, e há inclusive evidência de amor homossexual na vida de santos no Principado de Kiev no século XI. Os atos homossexuais eram concebidos como pecados pela Igreja Ortodoxa, mas não havia restrições legais contra eles naquela época. Na Moscóvia dos séculos XVI e XVII, eram visíveis demonstrações de afeto homossexual entre homens de todas as classes. Apenas durante o reinado de Pedro, o Grande, no século XVIII, foram desenvolvidas as primeiras leis contra atos homossexuais na Rússia, mas em estatutos militares aplicados aos soldados. Posteriormente, o Código Penal incluiu o Artigo 995, que tornava o intercurso anal entre homens um ato criminoso que poderia ser punido com exílio e trabalhos forçados na Sibéria por até cinco anos. Contudo, alguns dos intelectuais mais relevantes do século XIX mantinham uma vida homossexual ou bissexual relativamente aberta, como o compositor Peter Tchaikovsky (Moss, 1999: 756-757).

Até que a repressão à homossexualidade masculina fosse levada ao extremo na metade da década de 1930 na União Soviética, a sexualidade era consideravelmente menos regulada na Rússia do que em outras partes da Europa. A fraqueza comparativa das ciências médicas no Império Russo e a relutância do Estado czarista em desdobrar recursos policiais para perseguir homossexuais masculinos permitiram uma maior liberdade para a exploração e o desenvolvimento de um escopo complexo e plural de identidades sexuais. Era possível observar uma relativa flexibilidade no período imperial, de forma que a emergência de “paisagens sexualizadas” nos centros urbanos e os rituais de contato e de socialização

por meio de sinais e gestos facilitaram a criação de uma subcultura homossexual masculina no Império Russo (Healey, 2001: 48). As maiores industrialização e urbanização do Estado no fim do século XIX contribuíram para o aparecimento dessa subcultura nas grandes cidades russas, principalmente nas saunas, onde práticas sexuais entre homens eram desenvolvidas e a prostituição tornou-se um componente integral das relações entre eles. A Rússia pré-revolucionária era, assim, caracterizada por uma atitude relativamente indulgente em relação às práticas sexuais entre homens.

Defendendo suas prerrogativas normativas, o Estado czarista não se mostrava receptivo ao discurso disciplinar desenvolvido pela burguesia e pelas sociedades liberais, de forma que a perseguição ativa de homossexuais não era uma prioridade para a política da Rússia czarista, ao contrário das suas contrapartes francesa e alemã, que empregavam técnicas de vigilância ativa contra homossexuais masculinos. As relações de patronagem e a aversão ao escândalo na elite russa combinaram-se para garantir que a sociedade preservasse a discrição e a conciliação nas questões relacionadas à homossexualidade masculina (Healey, 2001: 93). Embora tivesse sido criada uma legislação proibindo a sodomia – entendida como intercurso anal entre homens e considerada uma ofensa pelo Código Penal czarista redigido em 1845 e reformado em 1885 (Engelstein, 1995: 157) –, a homossexualidade masculina era pouco controlada e inclusive se tornava um tema social e literário cada vez mais relevante no início do século XX. Como destaca Engelstein (1995: 156-157), não se deve conceber a era czarista como uma “época áurea” de total aceitação em relação aos homossexuais masculinos. Mesmo que o controle fosse reduzido, a sodomia era oficialmente punida com a perda de direitos civis e servidão penal de quatro a cinco anos, e aqueles culpados de sodomia que eram cristãos eram sujeitos a punições religiosas pelas autoridades eclesiásticas. O Artigo 996 do Código Penal ampliou a pena para perda de direitos e exílio em campos de trabalho forçado de nove a doze anos se o ato fosse acompanhado de violência ou realizado contra menores de idade ou deficientes mentais. Ainda assim, a relativa negligência com relação à sodomia nas cortes revelava mais a ineficiência do sistema legal do que uma tolerância real à homossexualidade masculina (Engelstein, 1995: 157-160).

A “geografia da perversão” no início do governo bolchevique

Os marxistas acreditavam que a “perversão sexual” era o reino de degenerados aristocratas e pequeno-burgueses. Eles condenavam a literatura sexualmente explícita produzida após 1905 – e liberada pelo relaxamento da censura – como um reflexo da torpeza da burguesia, produto do desenvolvimento cultural e social do Ocidente que contaminara a sociedade russa (Engelstein, 1995: 160). Além disso, a erosão da autonomia nas saunas sob a administração bolchevique forçou

os homens a buscarem o contato sexual com outros homens em novos locais. Na discussão acerca da descriminalização da sodomia na Rússia, os bolcheviques decidiram eliminar a proibição de atos de homossexualidade masculina, algo que já tinha sido discutido em círculos influentes antes da revolução. Apesar do desconforto com a homossexualidade masculina, os líderes bolcheviques descriminalizaram a sodomia entre adultos no Código Penal da República Russa em 1922, como forma de dismantelar os impedimentos religiosos da época czarista e os obstáculos burgueses à livre expressão do amor sexual e romântico, enquanto a legislação moralizante na Alemanha e na Inglaterra continuava a criar obstáculos às vidas de homens homossexuais (Healey, 2002: 353-354). O Código representava uma ruptura com a justiça da época czarista, mas especialistas como Engelstein (1995: 165) vêem que o documento resultou mais do desejo dos legisladores soviéticos de reduzir a transgressão sexual à dimensão essencial, de forma que seu minimalismo refletia o desejo de limitar o número de crimes em todas as categorias específicas. As questões sexuais foram cobertas por apenas seis artigos, que penalizavam a transmissão consciente de doenças venéreas, as relações sexuais com menores, a corrupção sexual de crianças, o estupro, a compulsão da mulher a uma posição de dependência a fim de fazê-la realizar intercurso sexual contra a própria vontade e o recrutamento de mulheres para a prostituição. Contudo, a descriminalização da sodomia na Rússia não necessariamente significava que a homossexualidade masculina deixara de ser vulnerável à perseguição.

Alexandra Kollontai, comissária de Assistência Social no governo soviético e primeira mulher a ocupar um cargo de tal relevância, defendia a abolição de restrições sobre a autonomia sexual e o desenvolvimento de relações autênticas baseadas na igualdade após a eliminação da propriedade privada e do Estado que a apoiava. Porém, na sua visão, tais relações seriam desenvolvidas num estágio mais avançado da revolução, e Kollontai não falava explicitamente em favor da emancipação homossexual masculina, mas das mulheres como estudantes, trabalhadoras e mães (Engelstein, 1995: 156). A ênfase da comissária era na participação da mulher soviética na vitória da Revolução e na construção da sociedade:

As heroínas da Revolução de Outubro eram um exército completo, e, embora seus nomes possam ser esquecidos, seu altruísmo continua a viver na vitória daquela revolução, em todos os ganhos e conquistas agora apreciadas pelas trabalhadoras da União Soviética.

É um fato claro e indisputável que, sem a participação das mulheres, a Revolução de Outubro não poderia ter trazido a Bandeira Escarlate à vitória. Glória às mulheres trabalhadoras que marcharam sob a bandeira vermelha durante a Revolução de Outubro. Glória à Revolução de Outubro que libertou as mulheres! (Kollontai, 1984 [1927], tradução minha).

O governo sob a Nova Política Econômica mostrou-se preparado para instrumentalizar a questão do “desvio sexual” a fim de desacreditar instituições como a Igreja Ortodoxa com a qual competia, ampliando as acusações de pederastia nessa instituição e fortalecendo as bases da campanha estatal contra a religião. A “pederastia” no clero ortodoxo era denunciada como um traço típico da cultura religiosa e perseguidores oficiais buscavam disseminar a oposição pública à sedução de adolescentes recrutados pelo mundo homossexual “depravado” dos mosteiros e dos seminários (Healey, 2002: 356). Fora do coração da União Soviética, os bolcheviques interpretavam a presença da homossexualidade masculina nas culturas transcaucasianas e centroasiáticas como uma “evidência de seu atraso”, que seria eventualmente erradicada com o socialismo (Healey, 2001: 127). A “missão civilizadora” soviética nas regiões islâmicas renovava o hábito imperial de ver a sodomia como endêmica àquelas sociedades. A culpa da homossexualidade masculina naqueles locais, na visão de líderes soviéticos, vinha do isolamento e da separação social das mulheres e da criação das instituições homosociais como as casas de chá centroasiáticas, concebidas por diversos russos como “templos de criminalidade”. A sodomia foi criminalizada nas repúblicas do Azerbaijão, em 1923; no Uzbequistão, em 1926 e no Turcomenistão, em 1927.

Numa perspectiva geral, as percepções bolcheviques nesse momento foram articuladas levando em conta a diversidade do espaço que controlavam e eram governadas pela sua determinação em impor a condição do que entendiam como “modernidade” a quem o habitava (Healey, 2002: 357). A Rússia desenvolvia suas próprias tradições concebendo a homossexualidade masculina como um problema que ocorria no seu exterior, no caso as demais repúblicas soviéticas. A preservação da integridade soberana russa foi possível a partir do estabelecimento de hierarquias em circunstâncias espaço-temporalmente específicas. Nessas hierarquias, o “sujeito russo” colocava-se como centro interpretativo soberano, uma “realidade maior e privilegiada” ou uma “presença não problematizada”, e o “Outro” – no caso, as demais repúblicas soviéticas e, como veremos a seguir, o Ocidente – é concebido em referência a tal centro, compreendido como uma negação dessa identidade e objetificado em um processo de produção do exterior pelo sujeito (Walker, 2005: 4-6).

Além das estratégias espaciais de segmentação, as estratégias temporais de emprego das noções de desenvolvimento e modernização cristalizam a diferença como “atraso” e evidenciam a repulsa ao reconhecimento de oportunidades de tratamento da diferença como recurso potencial, sendo inclusive negado a ela um status ontológico independente. Além de se naturalizarem as delimitações espaciais de dentro/fora, essencializa-se também a seqüência de tradição/modernidade, que espacializa o tempo e situa a diferença ao longo do espaço em “estágios de desenvolvimento” (Blaney & Inayatullah, 2004: 93-125). O território multiétnico da União Soviética englobava vários povos, sendo alguns conside-

rados “civilizados” e outros como pouco menos que “civilizados” em relação aos russos. Os “grandes russos” colocavam-se no topo da hierarquia étnica da civilização, e a Rússia, vista como “jovem”, era concebida como relativamente “intocada” pela diversidade sexual. A pureza do camponês russo – que também incorporava simplicidade, ingenuidade e fecundidade para oferecer soldados ao Estado – sustentava esse mito de “inocência sexual”, de forma que tais camponeses eram vistos como “naturalmente saudáveis” e livres da “artificialidade” da diversidade sexual. Nesse sentido, os culpados pela “sodomia” e pela “pederastia” estavam localizados tanto no Ocidente como no Oriente. No “Oriente interno”, os homens “primitivos” das regiões de tradição islâmica do Cáucaso e da Ásia Central eram “vítimas” da homossexualidade não como resultado de alguma desordem biológica, mas de um “vício” universal produzido por condições sociais “atrasadas” que se viam em bazares persas, saunas e restaurantes em centros comerciais na Armênia, na Geórgia e no Azerbaijão, por exemplo, os quais abrigavam a pederastia pelo prazer e pelo dinheiro. Assim, a “civilização” e a educação poderiam erradicar esse problema, e o estabelecimento de leis contra a prostituição masculina, o assédio sexual de homens e a sodomia voluntária ou coagida auxiliariam nesse processo (Healey, 2003: 1-3).

No processo dinâmico de relações interculturais, configurou-se a diferença também como uma ameaça constante interdita nas fronteiras, enfrentada militarmente ou colonizada (Blaney & Inayatullah, 2004: 93-125). A defesa das fronteiras externas da União Soviética visava, assim, a preservar a diferença fora dos limites estatais. A homossexualidade masculina também era alocada pelos russos no Ocidente. A Europa Ocidental burguesa era vista como uma fonte das “doenças” da civilização como as “perversões sexuais”. Casos de homens afeminados eram percebidos como desvios da masculinidade-padrão que estavam presentes na Alemanha, na Áustria e na França, mas raramente na própria Rússia. Como as “perversões sexuais” eram vistas como elementos importados daqueles Estados ocidentais – nos quais a “ameaça” surgiria e onde também era combatida, mas de forma muito ineficiente, apesar de tais Estados contarem com mecanismos repressores à homossexualidade masculina mais desenvolvidos do que na Rússia pré-revolucionária –, elas poderiam “infectar” os russos num contexto de expansão da vida urbana, no qual cidadãos russos mais ocidentalizados estariam mais propícios ao risco de adquirir a “doença da homossexualidade”. A homossexualidade ainda era descriminalizada na Rússia, mas nem por isso era plenamente aceita. Assim, a Rússia deveria se adaptar a uma “geografia da perversão” (Bleys, 1995), de forma que sua missão civilizadora conceberia o “Oriente interno” como um local onde a “modernização” comunista transformaria até mesmo as práticas sexuais dos povos “atrasados” do Cáucaso e da Ásia Central e seu governo controlaria as influências negativas de uma Europa Ocidental “neurastênica” e “depravada” (Healey, 2003: 1-3).

Lênin gradativamente defendia uma construção racional e científica da ordem sexual na própria Rússia, tendo em vista o objetivo de canalizar energias sexuais em esforços saudáveis para a consolidação do poder do partido. Na visão dele, intelectuais no restante da Europa, como Sigmund Freud, desenvolviam “teorias sexuais” primordialmente hipotéticas em face da necessidade pessoal de justificar “anomalias pessoais” num “repulsivo” respeito mascarado à moralidade burguesa. Tais abordagens desviavam a atenção da causa da revolução e não teriam lugar num proletariado consciente e combativo. O prazer era considerado um perigo que levaria o país de volta ao capitalismo, não como uma força transformacional que poderia ser usada para a causa revolucionária. Paulatinamente, Lênin buscou confiar a questão da sexualidade à ciência e ao conselho de homens comunistas (Healey, 2002: 354).

Após a descriminalização da sodomia, abriu-se um “vácuo discursivo” (Healey, 2001: 127) em face da falta de uma linha partidária mais complexa para lidar com o tema da homossexualidade masculina dentro da própria Rússia. Em face disso, foi notória a relação crescente entre o regime bolchevique e as ciências médicas e sociais que buscavam identificar, categorizar e analisar o fenômeno do “amor entre pessoas do mesmo sexo” entre o início da Revolução Russa e o início da era stalinista. A comunidade científica gozou de um relativo privilégio na consideração da homossexualidade masculina, num momento em que o silêncio do Código Penal sobre relações homoeróticas entre homens oferecia oportunidades para que a medicina atuasse numa área antes dominada pelas práticas policiais. Por exemplo, endocrinologistas buscavam gerar uma etiologia hormonal do desejo pelo mesmo sexo e ofereciam um caminho para que psiquiatras contribuíssem para as “ambições revolucionárias de controlar a natureza”. Elementos tidos como contrarrevolucionários não podiam ter acesso à “cura” para seu desejo por pessoas do mesmo sexo, ao passo que vários psiquiatras soviéticos que tinham contato com pacientes homossexuais “problemáticos”, mas “honestos” e “trabalhadores”, indicavam que tais indivíduos precisavam de ajuda (Healey, 2002: 358).

Gradativamente, a tentativa de “limpar” o corpo social da União Soviética era parte de uma preocupação maior com a saúde coletiva em termos ideológicos e morais, que levaram a campanhas contra criminosos, prostitutas, alcoólatras e desabrigados. A linguagem dessas campanhas era formulada em termos de profilaxias biossociais destinadas a combater a disseminação de idéias e comportamentos que seriam considerados perniciosos ao bem-estar do Estado e da sociedade. Grande parte dos receios se concentrou no Exército, em que o Conselho de Médicos Especialistas concordava com a posição dos psiquiatras de que a “infecção mental entre homens” levava a conseqüências indesejáveis para o recrutamento militar e de que a sociabilidade homossexual ameaçava a

higiene mental e sexual (Healey, 2001: 167, 187). Apesar de estender a assistência médica e o consentimento político aos homossexuais “leais e trabalhadores”, o governo soviético não oferecia maiores possibilidades de expressão do desejo ou da solidariedade homossexual (Healey, 2002: 359).

Evidencia-se, assim, a ambivalência das posições bolcheviques com relação à homossexualidade masculina. Era clara uma intenção modernizadora baseada em princípios seculares, que foi responsável pela descriminalização da sodomia na Rússia e que emergia da determinação revolucionária de banir a hipocrisia burguesa e a moralidade religiosa quanto à questão sexual e do desejo de aplicar a racionalidade e a ciência a áreas ainda mais amplas da experiência humana. O regime soviético não tinha uma política articulada sobre a homossexualidade masculina, mas um resultado do acúmulo de medidas e decisões separadas tomadas por juristas, legisladores, médicos e cientistas. Porém, os desenvolvimentos posteriores desse regime revelaram-se negativos para aqueles que viam somente ganhos no experimento soviético para os homossexuais masculinos (Healey, 2002: 366-367).

As “ameaças” externas e internas na era stalinista

O governo de Stalin após a queda do “capitalismo controlado” da Nova Política Econômica representou um ponto de mudança quanto à legislação acerca dos homossexuais masculinos (Engelstein, 1995: 155-160). Para muitos líderes soviéticos, a transformação da economia soviética de um sistema misto de mercado para uma economia declaradamente socialista não trazia uma razão óbvia para que tal processo viesse acompanhado de uma “homofobia oficial”. O primeiro Plano Quinquenal incorporou estratégias de engenharia social que conduziram à expansão da força de trabalho urbana às custas daquelas consideradas “anomalias sociais”, habitantes das cidades que conduziam “atividades indesejáveis”. Eles seriam conduzidos a uma rede de colônias agrícolas onde aprenderiam os valores socialistas e seriam canalizados em atividades econômicas nas quais aumentara a demanda por trabalhadores. Embora os homossexuais masculinos ainda não fossem definidos como anomalias tais quais prostitutas, mendigos e alcoólatras, a intolerância com as “anomalias sociais” cresceu e estratégias mais leves foram abandonadas em face da crise social nas cidades soviéticas após o primeiro Plano Quinquenal. Milhares de camponeses iam para as cidades a fim de escapar da coletivização tornando-se proletários e as condições de moradia e de alimentação caíram substancialmente (Healey, 2002: 359-361).

Como apontam Blaney & Inayatullah (2004: 21-28; 32-45), a diferença é entendida no processo de construção dos Estados como elemento desestabilizador da harmonia interna. Por isso, tenta-se gerenciá-la com hierarquia, erradicação, assimilação ou expulsão numa “cruzada interna” pela unidade da comunidade política estatal com o ataque a forças não-conformadas à autoridade estatal.

No caso do governo de Stalin, a necessidade de conter as “anomalias sociais” ficou ainda mais visível quando Genrikh Iagoda passou a liderar o Comissariado do Povo para Assuntos Internos (1934-1936). As discussões sobre essas “anomalias” começaram a se voltar para os homossexuais masculinos em face da exploração, pela subcultura homossexual masculina, dos espaços públicos, que se passaram a ser alvos de maior escrutínio. Muitos dos locais utilizados por homens buscando sexo com outros, eram também centros de prostituição heterossexual.

Ademais, a polícia secreta e política do Partido Comunista soviético ligava gradativamente a homossexualidade masculina à espionagem e à contrarrevolução e sua perseguição tornou-se parte da campanha contra elementos antissoviéticos em geral. Tal “virada antihomossexual” respondia à suposta descoberta de redes de espionagem lideradas por nazistas alemães infiltrados em círculos homossexuais em Moscou, Leningrado e outras cidades soviéticas. Iagoda informou Stalin de que a polícia secreta prendera 130 homens supostamente ligados a grupos de “pederastas” cujo propósito seria construir células de espionagem nazista. Visando a uma punição exemplar, Stalin ordenou a elaboração de uma legislação contra a sodomia e foi apoiado por membros do Politburo, como Lazar Kaganovich e Viacheslav Molotov (Healey, 2002: 349, 361-362). Pouca ou nenhuma base para a tolerância à atividade “antissocial” parecia existir diante da imposição stalinista de uma “tirania homofóbica” (Healey, 2001: 366-368; 2002: 350). Este tratamento depreciativo da diferença, segundo a crítica de Campbell (1997), viabiliza a resolução de dilemas e contradições no enfrentamento de novas ameaças e a oferta de justificativas para a ação disciplinadora do Outro, tanto externo – a rotulação dos nazistas como homossexuais e disfuncionais – como interno – os homossexuais masculinos soviéticos que deveriam ser eliminados a fim de destruir focos de espionagem nazista na União Soviética. A “Política Externa” – com iniciais maiúsculas – da União Soviética em relação à Alemanha nazista tinha base no Estado soviético e operava para reproduzir a constituição da identidade possível pela “política externa” e conter os desafios à sua identidade (Campbell, 1997: 68-71).

Na dimensão doméstica soviética, a recriminalização da sodomia na Rússia em 1934 colocava-se no contexto dos esforços do Estado na direção da eliminação de todas as subculturas percebidas como antitéticas aos objetivos da era Stalin (Healey, 2001). Como observa Engelstein (1995: 169), o Comitê Executivo Central do Partido Comunista já inserira em dezembro de 1933 um estatuto penalizando as relações homossexuais consensuais entre homens. Em abril de 1934, o estatuto da sodomia previra a reclusão de três a cinco anos de qualquer homem que realizasse intercurso anal com outro homem consensualmente. O uso da força ou o abuso da posição de dependente do parceiro ampliava a pena

de cinco a oito anos de confinamento (Engelstein, 1995: 169). Apesar da preocupação inicial relacionada à espionagem nazista, poucas relações posteriores foram feitas da homossexualidade masculina com essa atividade, embora a nova lei tivesse sido apresentada para os comunistas estrangeiros como uma medida para impedir a infiltração dos fascistas (Healey, 2002: 362-363).

O Artigo 154 do Código Penal russo – depois alterado para 121 – punia os atos sexuais entre homens e foi seguido por prisões e perseguições no ápice do terror stalinista (Moss, 1999: 756-757). A retórica primordial adotada pelo regime de Stalin e seus seguidores com relação à homossexualidade masculina associava-a à perversão. Em 1934, o escritor Maximo Gorki, grande apoiador de Stalin, referia-se à homossexualidade como uma forma de “sujeira burguesa” ligada à emergência do fascismo na Alemanha, que teria um efeito corruptor sobre a juventude numa terra em que o proletariado governava “corajosamente” e “de forma bem sucedida”. Segundo o escritor:

Nos países fascistas, a homossexualidade arruína a juventude e floresce sem punição. No país onde o proletariado alcançou o poder social, a homossexualidade foi declarada um delito social e é severamente castigada. Na Alemanha, já existe o lema que diz “Suprimindo-se o homossexual, o fascismo desaparecerá” (Gorki, 1934 *apud* Ponce, 2001; tradução minha)

O comissário de Justiça Nikolai Krylenko defendera que a homossexualidade era um resquício do “passado capitalista”, pois, naquela nova circunstância, as classes trabalhadoras acreditavam em “relações normais” entre os sexos e estavam construindo a sociedade com base em “princípios saudáveis”, de forma que nela não haveria espaço para “cavalheiros afetados”, remanescentes das classes exploradoras. Na sua visão, tais pessoas que se articulavam em lugares secretos tentavam desestabilizar as novas relações sociais que o Estado soviético estava buscando criar entre homens e mulheres da classe trabalhadora (Engelstein, 1995: 170-172).

A “virada stalinista” trouxe políticas mais repressivas em relação a diversos aspectos da vida íntima e ainda menos respeito pela privacidade, sob a crença de que a “disciplina comunista” substituiria os vestígios da “psicologia capitalista” nas classes trabalhadoras (Engelstein, 1995: 169-172). Articulam-se, assim, projetos silenciadores de múltiplas vozes numa política totalizante, forjadas por um sistema supostamente único de significado. Tal política agressiva visava a conter possíveis vulnerabilidades e a transitoriedade da supremacia do regime e eliminar contramovimentos que introduzissem perspectivas de mudança. As linhas divisórias que conduziam à dominação e ao absolutismo moral na rejeição do Outro eram traçadas para a proteção em relação à insegurança motivada pela existência da diferença, em particular o desejo que ela poderia provocar numa

sociedade cujas lideranças naturalizavam a heterossexualidade e condenavam o prazer e a atração em relação ao Outro. A repressão stalinista procurava eliminar momentos de cumplicidade e intimidade com a diferença localizada dentro da comunidade sociopolítica, na qual a insegurança, a dúvida e o temor em relação à diferença que opera fora das regras de engajamento estipuladas configuravam-se como desafios ao poder e à autoridade de lideranças estatais sobre os indivíduos. Operavam, assim, noções cristalizadoras de política, que pressupunham a negação do Outro interior, a marginalização do discurso do Outro e a perpetuação de uma concepção autorreferencial do exercício do poder nos âmbitos tanto doméstico como internacional (Darby, 1998: 55-56, 71-73, 220-234).

Considerações finais

Mesmo após o fim dos mecanismos repressivos desenvolvidos no período em foco neste artigo, não se pode ignorar que a homofobia se mostre cada vez mais presente na sociedade russa pós-soviética. Porém, mesmo após a descriminalização do sexo consensual entre homens em 1993, Schluter (2002: 240) argumenta que, enquanto o Ocidente parece apoiar a noção de que a comunidade gay na Rússia esteja se formando, os resultados na prática são bem variados, tendo em vista a permanência da intolerância na sociedade russa e a relutância de homossexuais russos – tanto masculinos como femininos – de se engajarem no ativismo diante das disputas internas entre as organizações existentes, da dependência dos recursos financeiros ocidentais e da falha na atração de uma quantidade significativa de membros. A deficiência maior parece ainda estar no fato de que muitos dos ativistas da primeira geração após o fim da União Soviética ainda acreditam que a luta devesse ser direcionada a partir de uma adoção acrítica dos valores e modelos ocidentais de engajamento, sem levar em conta as particularidades históricas que levaram a inúmeros obstáculos na expressão dos objetivos e dos desejos de muitos homossexuais masculinos na própria Rússia, bem como a própria heterogeneidade das múltiplas homossexualidades masculinas – e também femininas – que existem no país. O exame do período de 1917 a 1934, quando se consolidaram mecanismos de exclusão e de repressão dos homossexuais masculinos na Rússia e na União Soviética, faz-se necessário para um melhor entendimento daquelas particularidades.

Bibliografia

- ADAM, Barry D. (1987). *The rise of a gay and lesbian movement*. Boston: Twayne.
- BLANEY, David L.; INAYATULLAH, Naeem (2004). *International relations and the problem of difference*. nova york : routledge.
- BLEYS, Rudi C. (1995). *The geography of perversion: male-to-male behavior outside the West and the ethnographic imagination, 1750-1918*. Nova York: NYU Press.
- CAMPBELL, David (1997). Foreign policy and identity. In: *Writing security: United States foreign policy and the politics of identity*. Revised edition. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 53-72.
- DARBY, Philip (1998). *The fiction of Imperialism: reading between International Relations and Postcolonialism*. Londres: Cassell.
- DOTY, Roxanne L. (1993). Foreign policy as social construction: a post-positivist analysis of U.S. counter-insurgency policy in the Philippines. *International Studies Quarterly*, v. 37, n. 3, Bloomington, pp.297-320.
- ENGELSTEIN, Laura (1995). Soviet policy towards male homosexuality: its origins and roots. In: HEKMA, Gert; OOSTERHUIS, Harry; STEAKLEY, James. (Ed.) *Gay men and the sexual history of the political left*. Binghamton, NY: Harrington Park Press, pp.155-178.
- HEALEY, Dan (2001). *Homosexual desire in revolutionary Russia: the regulation of sexual and gender dissent*. Chicago, Londres: University of Chicago Press.
- _____ (2002). Homosexual existence and existing socialism: new light on the repression of male homosexuality in Stalin's Russia. *GLQ: a Journal of Lesbian and Gay Studies*, v.8, n.4, Durham, pp.349-378.
- _____ (2003). What can we learn from the history of homosexuality in Russia? *History Compass*, v.1, Cingapura, pp.1-6.
- KARLISNKY, Simon (1976). Russia's gay literature and history (11th–20th Centuries). *Gay Sunshine*, v. 29/30, San Francisco, pp.1-7.
- _____ (1982). Gay life before the Soviets: revisionism revised. *Advocate*, v.1, Los Angeles.
- KOLLONTAI, Alexandra (1984 [1927]). Women fighters in the days of the great october Revolution. In: *Selected articles and speeches*. Progress Publishers.
- KON, Igor S. (1995). *The sexual revolution in Russia*. From the age of the czars to today. Nova York: Free Press.

- LAURITSEN, John; THORSTAD, David (1974). *The early homosexual rights movement* (1864–1935). Nova York: Times Change.
- MOSS, Kevin (1999). Russia. In: HAGGERTY, George. (Ed.) *Gay histories and cultures: an encyclopedia*. v. 2. Nova York: Routledge, pp.755-757.
- NORTON, Rictor (1997). *The Myth of the modern homosexual: queer history and the search for cultural unity*. Londres: Cassell.
- PONCE, Anibal (2001). *Humanismo burgués y humanismo proletario: de Erasmo a Romain Rolland; Educación y lucha de clases*. Madrid: Miño y Dávila.
- SCHLUTER, Daniel P. (2002). *Gay life in the former USSR: fraternity without community*. Nova York: Routledge.
- WALKER, Robert B. J. (1993). *Inside/outside: international relations as political theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____ (2005). The doubled outsides of the modern international. *5th International Conference on Diversity in Organizations, Communities and Nations*. C.a.N. Fifth International Conference on Diversity in Organizations. Beijing.
- WEBER, Cynthia (1995). *Simulating sovereignty: intervention, the state and symbolic exchange*. Cambridge: Cambridge University Press.